



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 35 minutos.

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, em substituição de Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Fernando Rodrigues Teixeira, em substituição de André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), Manuel Gomes Ferreira, em substituição de José Baltazar Cardoso Correia (PS), António Pedro Casais de Almeida e Costa, em substituição de Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, em substituição do seu Presidente (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes, em substituição do seu Presidente (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo e os Srs. Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Prof. Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

FALTAS: João Carlos de Oliveira Matias (PS).



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança
- 2 - Pedido de suspensão de mandato apresentado por João Carlos de Oliveira Matias
- 3 - Aprovação da Ata de 30-06-2016
- 4 - Período antes da Ordem do Dia
- 5 - Período de Intervenção do Público
- 6 - Assuntos da Ordem do Dia:
 - 6.1 - Análise da Informação sobre a "Atividade e Situação Financeira do Município"
 - 6.2 - Análise dos Relatórios de Acompanhamento do PAEL respeitantes aos 1.º e 2.º trimestres de 2016
 - 6.3 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Revisão da Carta Educativa"
 - 6.4 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Proposta de 2ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de São Pedro do Sul"
 - 6.5 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Proposta de Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo do Município de São Pedro do Sul"
 - 6.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017"
 - 6.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Proposta de Revisão Orçamental n.º 2 ao Orçamento da Despesa e respetivo GOP, do ano de 2016"
 - 6.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Proposta de Definição das Taxas do IMI para o ano de 2016, a liquidar em 2017"
 - 6.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Parque Industrial de Pindelo dos Milagres - Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM)"
 - 6.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre "Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Fiscalização e Taxas (RMUEFT)"

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- Jornal "Voz das Misericórdias", referente aos meses de junho e julho/agosto de 2016;
- "Ecos da Gravia", referente aos meses de junho/julho e agosto de 2016.

Mails:

- Do Deputado Municipal André Tiago Santos Matias Almeida, datado de 24-06-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-06-2016;
- Da Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 27/06/2016, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pelo seu Tesoureiro na sessão ordinária do dia 30/06/2016;
- Do Deputado Municipal João Carlos Oliveira Matias, datado de 24-06-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-06-2016;
- Do Grupo Parlamentar "Os Verdes", datado de 27/06/2016, referente à dificuldade de acesso a comunicações móveis, sobretudo nas áreas montanhosas do distrito de Viseu;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Do Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira Figueiredo, datado de 28-06-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-06-2016;
- Da Freguesia de Bordonhos, datado de 28/06/2016, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pelo seu Secretário na sessão ordinária do dia 30/06/2016;
- Da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, datado de 28/06/2016, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pela sua Secretária na sessão ordinária do dia 30/06/2016;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 28/06/2016, referente à recolha, tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACeS Dão-Lafões;
- Da Deputada Municipal Patrícia Alexandra Xavier Azevedo, datado de 29-06-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-06-2016;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 29/06/2016, referente a tomada de posição do Conselho Intermunicipal no âmbito da consulta pública ao documento “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 05/07/2016, sobre a instalação de central de biomassa florestal – Mundão – Viseu;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 06/07/2016, referente ao balanço da 5ª edição do projeto “Escolas empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” – 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Do Deputado Municipal João Carlos Oliveira Matias, datado de 11-07-2016, a enviar pedido de suspensão de mandato da Assembleia Municipal;
- Da Câmara Municipal de Almada, datado de 21/07/2016, a convidar para a exposição “Missão Reduzir: Usar bem a Energia no dia-a-dia” a realizar no CMIA da Costa da Caparica;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 26/07/2016, referente ao balanço da 5ª edição do projeto “Escolas empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” – Ensino Secundário e Profissional;
- Da ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses, datado de 28/07/2016, referente ao seminário “Portugal 2020: Os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais”;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 31/07/2016, referente ao projeto “Escolas empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” – Missões empreendedoras a Barcelona, Madrid e Lisboa;
- Da APMRA – Associação Portuguesa de Marketing Rural e Agronegócio, datado de 02/08/2016, sobre investimentos de apoio aos idosos;
- Da AEDRL – Associação de Estudo de Direito Regional e Local, datado de 22/08/2016, sobre seminário referente aos 40 anos de Poder Local Democrático;
- Da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, datado de 09/09/2016, Sobre a conferência “O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa”.

Ofícios:

- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 21/07/2016, a dar conhecimento da “Moção pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”, aprovada em sessão no dia 29/06/2016;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 21/06/2016, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária do mês de junho de 2016;
- Da Escola de Negócios e Administração, a dar conhecimento do projeto educativo “Escola Mágica”.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Convites:

- Da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, referente ao “Festival do Frango do Campo” a realizar no dia 17/07/2016;
- Da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, referente ao “XIII Festival da Broa” a realizar nos dias 17 a 19/08/2016;
- Da Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, referente ao “Festival da Água” a realizar nos dias 26 a 28/08/2016;
- Da Câmara Municipal de Vouzela e Helena Liz, referente a “Exposição de Pinturas” a realizar no dia 01/10/2016;
- Do Cénico Grupo de Teatro Popular, referente à comemoração do seu 45º aniversário a realizar no dia 17/09/2016.

Verificada a existência de quórum, foi, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, procedendo-se à análise do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: ---

1 - TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:-----

O Presidente Assembleia Municipal procedeu à chamada ordenada dos membros do Conselho Municipal de Segurança que não tinham tomado posse na sessão de 30/06/2016, os quais procederam à assinatura da respetiva Ata de Tomada de Posse.-----

2 - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO POR JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MATIAS: -----

Analisado o pedido de suspensão de mandato, apresentado pelo 1.º Secretário João Carlos de Oliveira Matias (PS), pelo período de 365 dias, com início a 11 de julho de 2016, por motivos de saúde, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, devendo proceder-se à convocação do cidadão que estiver imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista para a próxima sessão da Assembleia Municipal, e bem assim proceder-se à eleição de novo Secretário na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

3 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE FEVEREIRO E 25 DE ABRIL DE 2016:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas das sessões referidas em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto das mesmas haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia procedeu então à abertura do **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitando ao Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) que auxiliasse nos trabalhos da mesa, em virtude da ausência do 1.º Secretário João Carlos de Oliveira Matias (PS), tendo-se verificado as seguintes intervenções: Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Apresentou o seguinte voto de louvor: “A Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de setembro de 2016, deliberou aprovar um voto de louvor e de reconhecimento a todos os bombeiros que colaboraram no combate aos fogos florestais que lavraram no nosso concelho durante o verão. Queríamos deixar um agradecimento e uma referência especial aos bombeiros do nosso concelho, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa e do Agrupamento dos Bombeiros de São Pedro do Sul.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este voto de louvor é também extensivo a todos os Sapadores Florestais, Juntas de Freguesia, escuteiros e população em geral que participaram de forma voluntária no combate aos fogos florestais. O concelho atravessou uma verdadeira calamidade que provocou não só a destruição de uma grande parte da nossa floresta, mas também da agricultura e de edificações, das quais algumas habitações. Queremos dizer também que os danos a lamentar só não foram maiores graças ao esforço e empenho de todos aqueles que estiveram envolvidos no combate aos incêndios. Assim, esta Assembleia Municipal reconhece, valoriza e se sensibiliza com o empenho e a abnegação que todos colocaram no combate aos incêndios florestais e na salvaguarda de pessoas e bens do concelho. Solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que faça chegar este voto de louvor e a expressão da sua votação às seguintes entidades: Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa, Agrupamento de Bombeiros de São Pedro do Sul, ANPC (Autoridade Nacional da Proteção Civil), CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro), Liga dos Bombeiros Portugueses e Corpo Nacional de Escuteiros".

Presidente da Câmara Municipal: Reconheceu o valor da intervenção do Deputado Municipal Mário Almeida, apenas havendo uma ressalva: tanto os comandantes dos Bombeiros de todas as corporações como a Câmara Municipal, pediram apoio ao CODIS durante três, quatro dias e esse apoio nunca foi prestado, pelo que não saberá até que ponto é que essas pessoas poderão ser englobadas nesse documento.

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Interveio dizendo que, em nome da bancada do Partido Social Democrata, estão solidários com esta proposta, tendo em conta o trabalho importante que foi desenvolvido localmente pelas corporações de bombeiros do nosso concelho, pelos sapadores, pelos escuteiros, pelos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, alguns que nem tinham as suas freguesias afetadas diretamente pelos incêndios, mas que estiveram sempre presentes e colaboraram. Afirmou não ser este o momento de falar sobre aquilo que se passou, porque neste momento está a decorrer um inquérito que foi instaurado pelo Governo relativamente ao que aconteceu nesse período e consideram que é importantíssimo que sejam averiguadas todas as responsabilidades, e que o PSD reserva a sua posição para o momento em que vierem e sejam do conhecimento público as conclusões do inquérito instaurado, não invalidando que neste momento, e até porque já houve uma decisão na reunião do executivo de homenagear os bombeiros, não haja um voto de louvor a todas as corporações de bombeiros locais, aos sapadores, aos escuteiros e aos Presidentes de Junta que se envolveram neste drama, sem desrespeitar os voluntários particulares que também colaboraram e têm o seu apreço.

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Esclareceu que o voto de louvor não era dirigido a nenhuma entidade especial, era aos bombeiros da nossa terra e a todas as pessoas que participaram nos incêndios florestais (Juntas de Freguesia, Sapadores, Escuteiros, população em geral, etc.) e que às entidades que referiu era para ser dirigido, não o louvor, mas o conhecimento do mesmo.

Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse achar de bom-tom estender este louvor a um grupo de combate a incêndios, a "Afocelca", que, apesar de privada, fez muito trabalho no combate aos incêndios, devendo o concelho manifestar interesse em saber qual o estado de saúde do seu supervisor, Luís Duarte, que ficou bastante ferido quando zelava não só pelos povoamentos que a Portucel tem no concelho, nomeadamente em Carvalhais e em Sul, mas também pela população e que, por isso, se deveria estender esse louvor ao Sr. Luís Duarte, à "Afocelca" e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também manifestar saber do estado de saúde do mesmo. O Presidente da Assembleia Municipal colocou o presente voto de louvor a votação, com a adenda apresentada pelo Sr. José Carlos Almeida, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Interveio dizendo que a bancada do Partido Socialista se revê neste voto de louvor agora apresentado, assim como na decisão sobre o seu teor. Seguidamente e em nome do Grupo Parlamentar do Partido socialista, apresentou a seguinte moção, também relacionada com os incêndios: “Moção - A responsabilidade não é deste Governo, ou dos anteriores, desta Câmara Municipal, ou das anteriores, desta Junta de Freguesia, ou daquela, deste proprietário, ou daquele; ou dos criminosos incendiários. Ou das mudanças climáticas, como o progressivo aquecimento global e as ondas de calor e secura cada vez mais frequentes e acentuadas. Ou da desertificação progressiva das nossas aldeias e consequente envelhecimento das populações, com efeitos óbvios no abandono de campos e florestas. Todas as variáveis referidas têm a sua quota de responsabilidade. O que se passou no território do concelho de S. Pedro do Sul, entre 8 e 14 de agosto, com o avanço do incêndio vindo do concelho de Arouca para o nosso, destruindo significativamente o coberto vegetal das serras da Freita, Arada e S. Macário, um número significativo de construções, sobretudo de apoio agropecuário e florestal, assim como outros bens, num prejuízo ambiental e material difícil de calcular, foi mau de mais. Não podemos continuar a assistir periodicamente a este tipo de espetáculo mórbido. Queremos legar um território organizado e decente. É urgente uma reflexão séria e decisões e aplicações rápidas. Depois de ouvirmos os mais diversos intervenientes na matéria pudemos chegar às seguintes conclusões: 1 – O Governo foi rápido e eficaz na definição de medidas de apoio e de resolução de problemas identificados e consagradas no “Relatório de Estabilização de Emergência”, relativamente ao “Incêndio Florestal de Arouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra e São Pedro do Sul”, programa a que o Município de S. Pedro do Sul se propõe candidatar para intervenções num valor superior a 1 milhão e 64 mil euros. 2 – À parte a polémica da descoordenação de meios de combate atempado ao incêndio, quando o mesmo começou a atingir o nosso concelho, a profusão de intervenções públicas da parte do Presidente da CM de S. Pedro do Sul espoletou a vinda ao nosso território de ministros, Presidente da República, Embaixador dos EUA e outras instituições, bem como de reportagens televisivas sucessivas. 3 – Essas visitas permitiram dar visibilidade e sensibilizar todos para os danos sofridos e o drama que afligia as famílias possuidoras de numerosas cabeças de gado miúdo e graúdo, principal sustento económico das mesmas e principal razão de fixação naqueles remotos lugares da serra, gerando ondas de solidariedade para com as populações afetadas. 4 – Começando alguns particulares locais por ofertar alimento vegetal seco para sustentar o gado privado de pastagens, do Alentejo viriam mais 42 toneladas de fardos de palha. E a embaixada dos EUA fez chegar 90 toneladas de ração animal. 5 - Mas se as situações emergentes estão a ser cuidadas e resolvidas outras há que ultrapassam o âmbito concelhio e que, sendo estruturais, competem ao Estado central resolver. Como: 5.1 - Os autores das ignições, quando identificados, serem severa e exemplarmente punidos, para que não voltem a repetir os atos e outros não lhes sigam os gestos, pelo que se exigem mudanças legislativas, feitas com clareza e com agravamento de penas, para que em sede judicial não possam haver interpretações e punições diversas, algumas a raiar o absurdo pela brandura, outras a permitirem a libertação dos acusados nos momentos de maior risco de incêndios; 5.2 – Em caso de insanidade mental



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provada, os autores serem remetidos para instituições especializadas, eventualmente com internamento periódico, sobretudo no período crítico dos incêndios; 5.3 – Independentemente das espécies arbóreas a cultivar (pinheiro bravo, eucalipto, folhosas e autóctones), o ordenamento florestal ser repensado e com criação de faixas de interrupção de combustíveis (aceiros). Isto é, de uma vez por todas, haja coragem política, para promover essa descontinuidade; 5.4 – Por exemplo, o Estado central negociar com as proprietárias das linhas elétricas de média e alta tensão instaladas, e aproveitar os corredores como aceiros, mantendo-os sistematicamente limpos, se possível alargados e com acessos melhorados; 5.5 – Por exemplo, como se vê noutros países, o Estado central implementar, ou legislar para que as autarquias o façam, corta-fogos de traçado horizontal e vertical segundo as curvas de nível, de largura adequada e manutenção regular, para sustentar o avanço de eventuais incêndios. Em caso destes, sempre é preferível arder apenas um “talhão” a uma encosta, ou serra inteira; 5.6 - Dotar as Juntas das freguesias com perímetro florestal considerável, de equipas de Sapadores Florestais e respetivos meios e apoios, para que possam responder às solicitações dos proprietários privados, ou dos conselhos diretivos de compartes, em termos de limpeza do sub-bosque, assim como dos seus próprios espaços; 5.7 – No caso concreto do concelho de S. Pedro do Sul, o Governo deverá aumentar o número de equipas existentes, dando prioridade às freguesias com maior área florestal e com provas dadas no combate popular; 5.8 - Dotar os executivos municipais e de freguesia de mais poderes e meios, para atualização do cadastro fundiário e agilizar procedimentos para limpeza e prevenção e, em caso de abandono, de apropriação pelas autarquias; 5.9 - Fazer regressar o modelo das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) para permitir condições aos pequenos proprietários de limpeza das propriedades minifundiárias e não rentáveis. Assim, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul solicita que, com a maior celeridade possível, os organismos estatais que tutelam as variáveis aqui equacionadas ajam em tempo útil, nomeadamente para que a reflorestação das áreas ardidadas comece já, e a ser processada segundo novos paradigmas, de molde a acautelar o futuro e a irrepetibilidade dos cenários de horror a que todos assistimos durante o verão transato.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente a este assunto e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, disse estarem sensíveis ao mesmo, reconhecem bondade na proposta, que o Dr. Ferreira Gomes esteve muito bem na elaboração do documento e que muitos dos pontos tocados são efetivamente importantes, pois é necessária efetivamente uma reflexão, é necessário o país, a nível local e a nível nacional, definitivamente trabalhar a área da floresta de uma forma diferente. Disse ainda que relativamente às entidades nomeadas para elaborar algum dos trabalhos, nomeadamente a EDP na média e alta tensão, as faixas de gestão de combustíveis, a questão das equipas de sapadores, as ZIF's, tudo isso já existe no concelho de São Pedro do Sul e que, no caso dos sapadores florestais, afirmou sermos o concelho com mais equipas no distrito de Viseu, sendo que existem municípios sem nenhuma equipa de sapadores e a aguardar a sua atribuição. Disse no entanto parecer que esta proposta não vem em bom tempo atendendo ao facto de estarmos a aguardar um inquérito que vai tirar todas essas conclusões, do que está bem, do que está mal e daquilo que tem que ser melhorado. Por esse motivo referiu que a bancada do PSD se vai abster nesta proposta. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Afirmo estar surpreendido com esta dúvida e postura da bancada do PSD sobre a abstenção, esclarecendo que aqui não se visam pessoas nem partidos em particular, perguntando



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Se este não é o tempo, para refletirmos e tomarmos uma posição pública e pormenorizada com soluções, qual é o tempo e quando é o tempo? Será que é para as calendas? É para daqui a um ano? É que agora vamos entrar no inverno e esta história dos incêndios vai arrefecer. Será que isto é um tema para ser discutido apenas no calor do verão? Em julho, agosto e setembro?”

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu já termos vivido pelo menos três grandes incêndios nos últimos quinze anos no concelho de São Pedro do Sul, e nesta Assembleia, cada vez que temos um grande incêndio, discutem-se exatamente as mesmas coisas. Disse estar a decorrer um inquérito com todas estas questões que vão ser abordadas e que é preciso haver fundamentos e financiamento nacional para colocar isso tudo a funcionar, de maneira que havendo um inquérito vão-se apurar todas essas necessidades relativamente a todas essas entidades e que não é no inverno, é no seu tempo. Disse ainda acreditar que o governo está a fazer um esforço no sentido de resolver rapidamente essa questão do inquérito para se chegar a essas conclusões e que existe também um grupo de trabalho que está a trabalhar para lançar novos desafios ao país na área da floresta.

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Respondeu, em nome do Partido Socialista, dizendo que fazem o que entendem que é melhor para a nossa terra e para a nossa gente, que não são de cruzar os braços ou de os deixar caídos, agem, são pro ativos e quanto mais falarem do assunto mais ele se mantém vivo nos corredores de Lisboa. Referiu que se o Grupo Parlamentar do PSD mantiver a posição de abstenção, é um direito deles, mas que de alguma forma vem contradizer aquilo que há pouco propuseram no voto de louvor, a menos que queiram que as coisas continuem para depois irem louvando as pessoas na sua atividade no combate aos incêndios; terminou referindo que não querem combater os incêndios, querem sim preveni-los e evitá-los.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção apresentada pelo Partido Socialista a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **19 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Fernando Rodrigues Teixeira (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **15 abstenções** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS). Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão (PSD): Usou da palavra dizendo ter sido abordado por um grupo de agricultores a queixarem-se dos prejuízos que os javalis têm causado no nosso concelho, e que também ele foi afetado por isso, tendo este ano vários milhares de euros de prejuízo. Disse ainda que deveria ser alargado o período da autorização das esperas e, mais que isso, ser tomada uma posição forte a esse respeito, porque é impossível trabalhar na agricultura neste concelho devido ao descontrolo da população de javalis. Referiu ainda ter sido abordado várias vezes pela Câmara Municipal para a limpeza de alguns estradões que foram sinalizados, mas nunca foram intervencionados, afirmando que não vale a pena estarmos todos os anos a dizer qual é a mesma estrada, qual é o mesmo caminho, qual é o mesmo aceiro e não se fazer nada. Deputado Municipal Custódio Pinheiro de Oliveira Rocha (PS): Interveio, referindo ter ouvido num órgão da comunicação social, a crónica semanal da Sr.^a Deputada Municipal Ester Vargas, onde abordou o tema da requalificação da Escola Secundária de São Pedro do Sul onde foram feitas várias considerações e, entre elas, citou o seguinte excerto “Perante este balde de água fria, verificou-se o silêncio do executivo e é pena. A reivindicação de melhores condições para a nossa comunidade escolar devia ser uma das grandes bandeiras autárquicas, terá de haver uma explicação para este cruzar de braços por parte do executivo, até porque se diz que esta decisão teve a ver com a recusa da Câmara Municipal em comparticipar a obra. Se assim foi seria bom que os sampedrenses soubessem o que motivou o posicionamento do executivo, e também tivessem informação relativa à recusa significativa na requalificação que estava a ser prevista e agora seria para as calendas gregas”, pelo que perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se tinha dizer algo a esta Assembleia sobre estas declarações que o PS entende de graves. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Depois de agradecer ao Deputado Municipal Custódio Rocha pelo facto de ser um ouvinte atento das suas crónicas, disse que quando se soube, em meados de 2015, que a Escola Secundária de São Pedro do Sul estava considerada como prioritária na região centro e estava incluída já no mapeamento das escolas que iriam ser intervencionadas, se podia respirar porque finalmente iriam começar a ser ultrapassados todos os problemas da Escola Secundária, por isso contava-se que à medida que as coisas fossem evoluindo a escola não tivesse sido excluída. Referiu que foi mesmo um balde de água fria ao verificar que São Pedro do Sul não fazia mais parte da lista das escolas a intervencionar na região centro, constatando-se que a escola tinha sido excluída deste mapeamento porque a autarquia se tinha recusado a comparticipar a parte que lhe competia, pelo que questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o que é que motivou a retirada da Escola Secundária deste mapeamento, o que é que aconteceu e se, ao permitir a retirada da escola, tem garantias de que a escola vai ser mesmo intervencionada em 2017, se as verbas que se prevê que sejam disponibilizadas para a requalificação dessa escola são superiores àquilo que estava inicialmente previsto. Referiu ainda que a escola está numa situação difícil, foi inaugurada a 2 de dezembro de 1982, até hoje não teve obras de beneficiação, está ultrapassada e tem problemas graves no seu funcionamento, sendo importante que haja uma garantia forte de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que pelo menos em 2017 a situação seja resolvida. Deputado Municipal Custódio Pinheiro de Oliveira Rocha (PS): Dirigindo-se à Deputado Municipal Ester Vargas, disse que fazer uma comunicação destas a um órgão de comunicação social com expressões como balde de água fria, cruzar os braços, é dia para calendas gregas, para uma população de um concelho rural é grave. Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio, José Vasco Paiva Martins (PS): Usou da palavra para agradecer ao Presidente da Câmara Municipal que esteve sempre presente na sua freguesia durante os quatro dias dos incêndios, afirmando que já houve vários incêndios na sua freguesia e que nunca foi acompanhado por um Presidente de Câmara. Agradeceu também aos bombeiros, principalmente os de São Pedro do Sul, que fizeram um excelente trabalho e se fartaram de trabalhar. Agradeceu ainda ao Matos Pinho que, embora não tivesse sido falado nesta Assembleia Municipal, pôs os seus carros e homens todos a trabalhar no combate aos incêndios. Agradeceu também ao Presidente da Junta de Figueiredo de Alva por ele, os seus homens e a população com tratores e cisternas, o terem acompanhado desde o princípio até ao fim. Por último, agradeceu ainda ao Presidente da Câmara Municipal pelo apoio que tem dado aos agricultores a nível de alimentação para os animais, e também pela vinda do Cartão Sénior para os idosos, para que possam viajar nos transportes públicos sem terem de pagar. Interveio o Presidente da Assembleia Municipal solicitando ao Deputado Municipal Mário Almeida para que mencionasse no seu louvor o Matos Pinho. Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, João Fernando Pinto Duarte (PS): Interveio informando sobre o facto do local das feiras da cidade, que passaram provisoriamente para junto do pavilhão municipal, ter sido alvo de comentários por parte dos comerciantes locais, feirantes e população em geral, como sendo um verdadeiro sucesso, perguntando se, face a esta satisfação manifestada por todos estes agentes económicos, a Câmara Municipal no futuro não terá que equacionar a hipótese de manter as feiras nesse local. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Usou da palavra, questionando porque razão e porque motivo é que, ao longo destes anos, a Câmara Municipal possui um técnico jurista avançado e não ser esta jurista a acompanhar os funcionários desta Câmara a resolverem as questões inerentes a estas matérias, perguntando ao Presidente da Câmara qual é o valor da avença da jurista e como é que funciona, se é por ato realizado ou se é por avença mensal. Perguntou ainda em que ponto estava a situação relativa aos dois médicos que trabalhavam no balneário na Termalístur, nomeadamente o diretor clínico e no que diz respeito ao atual diretor clínico, qual é o valor da sua avença e qual é o seu horário, em quanto é que isto fica ao concelho e a todos nós, quando é que nós o podemos encontrar, qual é a sua disponibilidade para atender os aquistas. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, Manuel Mouro Pinto (PS): Relativamente aos incêndios florestais, disse o seguinte: “Em 1986 o incêndio destruiu uma vasta área florestal de Pindelo dos Milagres e Vila Maior e na última noite, enquanto o fogo continuava a lavar numa grande frente, todas as viaturas e todos os bombeiros se concentraram no campo de futebol da Cobertinha. Solicitada a ajuda ao comandante, esta foi negada e foram os populares, onde me incluía, que apagaram uma das frentes. Em 1999 ou 2000, já não me recordo ao certo, outro incêndio assolou as mesmas freguesias e também na última noite ao interpelar alguns bombeiros, que se encontravam na povoação de Sendas, da razão de não estarem a combater a frente de fogo, estes retorquiram dizendo que receberam ordens para defender as casas, pois o fogo ainda estava a cerca de 500 metros. Como referiu o anterior Presidente da Câmara Municipal, aquando do incêndio de 2010,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e passo a citar “os fogos combatem-se nas frentes não nas estradas”. Quanto ao incêndio deste ano concordo totalmente com as afirmações proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal, tenho um grande respeito pelos bombeiros e reconheço o esforço por vezes sobre-humano que colocam na defesa da vida das pessoas e dos seus bens. Quanto à coordenação permitam-me que não tenha o mesmo apreço, basta ver as imagens televisionadas: parece uma feira de vaidades, inúmeros coordenadores/comandantes, todos fardados ao pormenor sem uma mácula, a maior parte das vezes no espaço com todas as comodidades. Será que têm ar condicionado e bebidas frescas? Sem conhecerem o terreno e raramente aceitam sugestões de quem conhece a zona. Os Presidentes das Juntas de Freguesia e a Proteção Civil Municipal, estes sim, é que conhecem os estradões e os pontos de água, não tenho a menor dúvida. Para alguns os incêndios são um grande negócio. Como cumpro o serviço militar obrigatório e considero que foi o tempo mais mal empregue da minha vida, sou apologista de que todos deveriam cumprir o serviço militar cívico obrigatório, para combater os nossos inimigos. Quem? Os fogos florestais, deste modo até os objetores de consciência não teriam desculpa”. Presidente da Câmara Municipal: Relativamente ao que disse o Presidente da Junta Freguesia de S. Martinho das Moitas, informou que, no que diz respeito ao Cartão Sénior, todas as pessoas com mais de 60 anos e que residam no concelho de São Pedro do Sul podiam beneficiar desse cartão, que é gratuito e dá, para já, a possibilidade de fazer transportes gratuitos no nosso concelho na rede Transdev, sendo que, posteriormente, se irá alargar a outras entidades do nosso concelho que queiram colaborar e participar, no sentido de atribuírem alguns descontos às populações rurais. Disse ainda que este cartão tem duas finalidades: a primeira é tirar os idosos das suas aldeias, das suas casas, e fazer com que eles possam vir à cidade; a segunda é o facto de se poder promover o nosso comércio local tradicional. Disse também que o executivo estava à espera, ainda hoje, de uma carga com cerca de mil fardos de feno, o que tem sido uma preocupação do executivo em acudir as pessoas que tem mais necessidade dos mesmos, para que, num curto espaço de tempo, os nossos agricultores e pastores possam ter pastos, no sentido de fazer com que os animais não sejam vendidos e as pessoas se possam manter nos seus locais de residência. Respondendo ao Tesoureiro da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul, disse que o local das feiras para já será para manter, lembrando que há um acordo com a Igreja Católica no sentido de poderem construir naquele local uma nova igreja, um lar, e que enquanto esse acordo estiver em vigor o executivo irá cumpri-lo, sendo que quando o mesmo deixar de estar em vigor, irão repensar se vão mudar as feiras ou não. Disse ainda ter sido uma medida bem tomada por este executivo, pois é um bom espaço, perto da cidade, é bom para os comerciantes, para os feirantes e para a população, porque realmente havia pessoas que não iam à feira há mais de vinte anos e que passaram a fazê-lo. Em relação ao que disse o Deputado Municipal Custódio Rocha respeitante a uma intervenção da Deputada Municipal Ester Vargas, lamentou, mais uma vez, aquilo que disse sem ter conhecimento dos factos, pois como não está em São Pedro do Sul, não conhece a realidade do concelho, não sendo correto que criticasse e levantasse dúvidas e suspeições antes das coisas acontecerem, dizendo estar sempre disponível para lhe dar as explicações se quisesse, e se a posição tomada pelo executivo for criticável, aí tem toda a legitimidade para o fazer. Referiu que a escola é do Estado e que a Câmara Municipal nunca foi contactada no sentido de saber se estava na disposição de participar em 15%. Disse ainda o seguinte: “A senhora esteve 3 anos na Assembleia da República e não me lembro de nenhum dinheiro, projeto ou



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidatura que tenha trazido para São Pedro do Sul, lembrando que o milhão de euros nos mapeamentos foi metido em maio/junho, num período pré eleitoral, ou seja, como o governo PSD não tinha feito nada pelo concelho de São Pedro do Sul e ia haver eleições em outubro, o governo PSD mais uma vez, meteu um milhão de euros na Escola Secundária. Um milhão de euros para as obras necessárias não é nada, puseram um milhão de euros mas nem disseram se era para o pavilhão desportivo ou se era para a escola, porque não há projetos nenhuns. Como é que se coloca um milhão de euros e não se coloca milhão e meio ou dois milhões? Foram ao orçamento retirar umas verbazinhas e foram lá pôr um milhão, da mesma forma que foram buscar meio milhão e puseram na estrada Termas/Vouzela, que não chega a nada e para o qual também não há nenhum projeto. Interessa é lá meter os números para se dizer que se vão fazer as obras, é muito fácil meter-se lá dinheiros e dizer que se vai fazer quando os dinheiros não existem. Nós estamos preocupados com a situação que tínhamos em São Pedro do Sul, que já se arrastava há anos. A antiga escola preparatória é pertença do município, e como tal nós entendemos que o Estado nos deve pagar uma renda, porque o Estado a nós não nos poupa, nem dá nada. Não existe mais nenhuma escola preparatória a nível nacional pertença de uma Câmara Municipal e como entendemos que o estado devia pagar uma renda, fomos falar com a Senhora Secretária de Estado, que não percebeu o negócio que foi feito na altura, pelo que entendeu que devia vir a São Pedro do Sul e o que ficou combinado foi, de acordo também com a direção da escola e porque se entendeu que um milhão de euros não serve para nada e que a escola precisa no mínimo de 3 a 4 milhões de euros para fazer obras, em colocar uma verba no próximo PIDDAC, ou seja, no próximo orçamento de Estado, no sentido de requalificarmos aquela escola. É claro que se o Senhor Ministro das Finanças entendeu que não há dinheiro para a escola e que neste momento há necessidade de controlar o défice do Estado e se efetivamente o Senhor Ministro das Finanças não concordar em ceder os 3 a 4 milhões de euros à Senhora Secretária de Estado para poder lançar esta escola de São Pedro do Sul, não haverá verbas. Mas também ficou combinado com a Senhora Secretária de Estado que, caso o estado não venha a incluir essas verbas no próximo PIDDAC, a Câmara Municipal irá meter o Estado em Tribunal, no sentido de sermos ressarcidos da importância que nós entendermos ser devida, de cerca de meio milhão de euros. De forma que se realmente tivermos as verbas no PIDDAC a escola sai beneficiada, se não iremos avançar com uma ação em Tribunal. O que a senhora disse ontem era tudo escusado se tivesse tido a amabilidade de me ligar a perguntar como é que estava a situação”. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Começou por responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, dizendo fazer todo o sentido o que disse em relação aos javalis, referindo ter sido já abordado por algumas câmaras vizinhas que estão com o mesmo problema, algumas até com problemas maiores, como o caso de Arouca que, em função dos grandes incêndios, fez com que os javalis se aproximassem ainda mais das populações, e que estão em conjunto a tentar pressionar a Direção Regional da Agricultura para fazerem alguma coisa ou terem algumas medidas compensatórias para os agricultores. Disse ainda que, se a Assembleia assim o entendesse, poderia sair da presente sessão uma recomendação unânime para fazer chegar à Direção Regional da Agricultura, para que os agricultores que tenham sido fustigados por esse problema possam vir a ter medidas compensatórias e para que seja alargado o período de esperas ou de abate, que termina em 30 de setembro, pois com as condições climatéricas e com a extensão do verão, as sementeiras estão tardias e o problema vai continuar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no mês de outubro e seguintes. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu ter constatado ultimamente em Vila Nova de Paiva, em Trancoso e principalmente no Satão, que as aldeias estão a ficar desertificadas, porque não há qualquer hipótese dos agricultores continuarem a fazer as suas sementeiras, e que uma das formas de combater isso é dar a oportunidade de abater javalis, que é o que acontece em Espanha e França, onde têm uma taxa pelo abate de cada javali, existindo mais receita para o estado. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Disse ser de lamentar que na véspera de uma Assembleia Municipal a Deputada Dr.^a Ester Vargas tenha falado de um assunto que poderia ter sido discutido aqui, e que devia ter algum cuidado com afirmações que fez, porque para além de cidadã e membro da Assembleia Municipal, é digna representante do estado português no estrangeiro, tendo responsabilidades acrescidas, referindo que devia trazer o assunto a esta Assembleia e se não concordasse com a perspetiva ou com as justificações do executivo, teria toda a legitimidade de criticar. Perguntou ainda o seguinte: “Uma vez que gosta de falar de Vouzela e de Oliveira de Frades, porque é que nunca veio aqui dizer que a escola secundária de Oliveira de Frades teve 17 milhões de dinheiro do estado para as obras da secundária, que já está concluída, e porque é que, nessa altura, em São Pedro do Sul não fizeram o mesmo? Estiveram aqui 13 anos e nunca conseguiram requalificar a escola secundária nem arranjar dinheiro para a escola secundária. Agora a escola secundária é do estado, a responsabilidade é do Estado e vinham pedir que a Câmara Municipal pagasse 15% (150 mil euros) e ainda por cima só queriam fazer obras de 1 milhão de euros, quando o próprio diretor do agrupamento diz que são precisos 4 milhões. Isto é gozarem com São Pedro do Sul! Na altura da Parque Escolar havia dinheiro a rodos para todas as escolas, andaram a gastar, a desbaratar dinheiros em vários concelhos e agora vinham pedir à Câmara de S. Pedro do Sul para pagar uma parte! Alguns desses municípios, com os quais foram assinados protocolos, estão “em litígio” com o governo porque querem ser os donos da obra, mas não querem pagar os 15%. O único município que se chegou à frente foi Viseu, porque tem muito dinheiro, mais nenhum avançou com o dinheiro! Eu não admito que tenha que sair dinheiro do orçamento da Câmara Municipal quando a responsabilidade é do Estado, é do Ministério da Educação. É dever do Estado, seja o governo PS, PSD, CDU ou BE, colocarem todas as escolas secundárias no mesmo patamar, e quem tem que pagar é o Estado”. Relativamente à questão colocada pelo Deputado Eng.^o Ribeiro disse não ter percebido onde é que quis chegar com a questão dos juristas, esclarecendo que a Câmara Municipal tem uma jurista, tem uma avença mensal para todos os processos judiciais que possui e que gastaram aproximadamente metade do valor que era gasto nos mandatos anteriores, ou seja, 1.500 euros, para acompanhamento dos processos judiciais. Quanto ao processo do Dr. Aires e dos outros dois médicos, afirmou que o processo que está a decorrer na justiça e que já foi adiado duas vezes por razões que ultrapassam o executivo. Relativamente ao atual Diretor Clínico informou que o valor que ele ganha é 2.500 euros e que faz parte do acordo que fizeram com as mudanças que estabeleceram com todo o corpo clínico das Termas, estranhando a sua pergunta quando, durante mais de 25 anos que cá esteve, nunca o ouviu perguntar quanto é que ganhava o Diretor Clínico anterior, pelo que lhe devolveu a mesma para responder na próxima Assembleia: Qual era o valor que ganhava o anterior Diretor Clínico e se esse Diretor Clínico ficava com alguma percentagem das consultas que os outros médicos prestavam? Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse ter feito uma pergunta relativamente ao horário do Diretor Clínico e embora tenha isenção de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horário e sendo ele frequentador do Balneário, nunca o lá viu. Quanto ao anterior Diretor Clínico, disse não saber, nem tão pouco lhe interessava quanto ganhava, o que interessava é saber quanto ganha o atual, o seu horário, quando o podemos contactar e comparativamente com o anterior, qual é o resultado e o rendimento que dá ao concelho. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Interveio dizendo não estar mais de acordo com a afirmação do Vice-Presidente da Câmara, relativamente à má distribuição de verbas no período da Parque Escolar, à má utilização de dinheiros públicos, em que as verbas que foram gastas em Oliveira de Frades e noutras escolas do distrito eram mais do que suficientes para requalificar todas as outras escolas, que foi uma opção política na altura do governo socialista e que estamos todos a pagar por isso, nomeadamente São Pedro do Sul. Disse ainda estar satisfeita pelo Dr. Pedro Mouro ter reconhecido que a Parque Escolar foi uma nódoa na gestão das verbas a atribuir ao património das escolas. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, referiu: “Não me parece que tenha sido um crime de lesa pátria ter feito uma crónica sobre esta temática. Não sou só eu a pensar nesta questão ou a estar preocupada e o facto de não estar a residir neste momento no concelho não é motivo de afastamento, porque felizmente estou em contacto diário com muitos sampedrenses, portanto o facto de não estar aqui fisicamente não quer dizer que esteja ausente. Nós não estamos no século passado, nos anos 20 ou 30, em que estávamos à espera que uma carta demorasse 15 dias com uma informação para depois termos outros 15 dias para a resposta, portanto as coisas hoje já não são assim, estamos no século XXI. A resposta do Sr. Presidente veio de certo modo reforçar a minha crónica de ontem, porque de facto há aqui um compromisso com a atual Secretária de Estado relativamente à atribuição dos 3 ou 4 milhões de euros que são necessários para a requalificação total da escola secundária, mas não passa de um processo de intenções, e quando estava previsto aquele 1 milhão e 600 mil euros, foi aqui dito pelo Sr. Presidente que a verba tinha sido posta a martelo e que nem havia projeto. Agora eu pergunto: estão previstos 3 a 4 milhões, já há projeto? Há garantia? Continuamos a estar condicionados, não temos uma garantia de que a situação vai ser desbloqueada num futuro próximo, portanto se o Sr. Ministro das Finanças não autorizar a inclusão das verbas no orçamento de Estado então o executivo tem as coisas preparadas para colocar o Estado em tribunal, de interpor uma ação para serem ressarcidos das verbas. Ora nós sabemos como é que são estes processos, demoram muito tempo, anos muitas vezes, sobretudo processos com o Estado. Achamos que é uma atitude positiva do executivo, mas também sabemos o tempo que isso vai demorar, portanto mais uma vez a situação poderá correr o risco de ser adiada para as calendas gregas, como eu afirmei ontem”. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta disse: “Não basta apenas criticar, o que é que a senhora fazia de diferente numa situação destas? Eu entendo que este acordo que fizemos com a Senhora Secretária de Estado, se tiver pés para andar, é um bom acordo. No que diz respeito à questão do projeto, se realmente tivermos 3 a 4 milhões de euros, a obra será da Câmara Municipal, ou seja, as verbas virão para a Câmara Municipal, e compete à Câmara Municipal executar o projeto. É claro que neste momento, não sabendo se vamos ter verbas ou não, não há projeto, e é provável que se tudo correr bem possa haver alguma verba em 2017, mas nunca a conclusão das obras em 2017, como pode calcular. A Câmara Municipal poderá sempre participar alguma coisa se efetivamente a obra for da Câmara Municipal, como parece vir a ser, porque se a obra não for da Câmara Municipal, se for do Estado, então o Estado que pague aquilo que é da sua obrigação. Nós nunca iremos pagar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

15% sendo as instalações do Estado. No que diz respeito às ruínas romanas, foi diferente: há fundos comunitários na ordem de 85%, o Estado irá pagar 7,5% e a Câmara irá pagar 7,5%, mas a obra é da Câmara Municipal, ou seja, o edifício vai ser da Câmara Municipal. Nós só entraremos com uma comparticipação se efetivamente as instalações forem propriedade da Câmara Municipal, como parece que daqui para a frente as instalações das escolas poderão vir a ser todas da Câmara Municipal. Agradeço que as coisas sejam discutidas e deve haver mais gente a discutir sim, mas quando a Câmara Municipal tiver condições para se defender, porque se não é uma luta inglória, a democracia é bonita quando há confronto de ideias, porque serem só uns a dizerem ou a escreverem determinadas coisas, não havendo confronto, a democracia já não funciona”.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer intervenção. Nesta altura, quando eram 11 horas e 15 minutos, fez-se um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos pelo Presidente da Assembleia Municipal quando eram 11 horas e 25 minutos, o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou a seguinte proposta de recomendação: “Tendo em conta a sucessiva verificação de situações de prejuízos causados aos produtores agrícolas do concelho, praticamente em todas as freguesias, pelo ataque frequente de grupos de javalis e bandos de corvos às culturas, com destaque para o milho e a vinha, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em 30 de setembro de 2016, delibera no sentido de alertar as entidades tutelares para a necessária tomada de medidas eficazes de prevenção com vista ao controlo das populações animais referidas.” O Presidente da Assembleia Municipal colocou a presente proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

6 - ORDEM DO DIA:

6.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A "ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO":

Interveio o Presidente da Câmara Municipal informando que, passados 3 anos, ainda continuam a aparecer dívidas: a dívida que este executivo recebeu de 26 milhões não estava bem, pois no dia anterior apareceu mais uma de mais de 50 mil euros da ARH, que tem a ver com taxas de recursos hídricos que não foram pagos em 2010, 2011, 2012 e parte de 2013, e que se até ao momento nada disseram, foi porque a Câmara Municipal tem pago a partir do momento em que entrou em funções, ou seja, pagou o resto de 2013, 2014 e 2015, de forma que a informação que temos aqui sobre a situação financeira não estará correta. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte.

6.2 - ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTES AOS 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 2016:

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA":-----

Interveio a Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), dizendo que relativamente a esta matéria a bancada do PSD irá votar favoravelmente, referindo que “É um documento que faz parte de um consenso do Conselho Municipal de Educação onde estão representadas as diversas instituições, nomeadamente também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. De qualquer modo não gostaríamos de deixar passar este momento sem realçar aqui um alerta e uma posição face àquilo que nos parece ser de certa forma um contrassenso, porque está prevista uma nova zona industrial para Pindelo dos Milagres e isso implica naturalmente o objetivo de fixar população, porque vão ser criados postos de trabalho nessa zona industrial. Assim sendo, parece um pouco estranho que os alunos de Pindelo passem a estar desviados para outras freguesias e quando se fecha uma escola sabemos perfeitamente que isso também pode levar a que as pessoas não se fixem lá. Portanto há aqui algo que nos parece estranho. Tal como em Pinho, que tem mais alunos do que propriamente a escola de Vila Maior, e os alunos serão deslocados; no entanto vai ser construído um polidesportivo em Pinho. Não pomos em causa a construção dessa obra, mas um polidesportivo também pressupõe que haja movimento e as escolas também podem beneficiar desses equipamentos, dessas estruturas. Por isso há aqui estes dois aspetos que nos parecem um pouco estranhos, na medida em que estamos a criar equipamentos e estruturas que podem ajudar e contribuir para a fixação de população, mas com o encerramento das escolas os alunos serão desviados para outras freguesias. Os Senhores Presidentes de Junta que votaram favoravelmente pelo encerramento das escolas, provavelmente saberão explicar perante as suas populações as suas decisões e nós respeitamos a tomada de posição e vamos votar favoravelmente a Carta Educativa, mas alertamos para estas duas questões”. Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Pinho José Manuel Oliveira Lopes Moita (PS), dizendo que teve uma reunião conjuntamente com os outros Presidentes de Junta, no sentido de encontrar uma escola que favorecesse todas as freguesias, embora gostasse que fossem criadas novas estruturas escolares em Pinho e que a escola se mantivesse aberta durante muitos anos, mas que há que olhar para as outras freguesias. Relativamente às instalações desportivas que iriam ser construídas, disse ser uma mais-valia não só para as crianças, mas para toda a população em geral. Tomou a palavra a Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, esclarecendo que o que ficou decidido relativamente à manutenção destas 3 escolas foi, recorrendo aos fundos comunitários, ou seja, mediante o parecer da DGESTE, a Câmara Municipal tem a possibilidade de poder candidatar três escolas, mas que, atualmente, a DGESTE já informou que não vai dar o parecer positivo às três escolas mas apenas a uma, que será Vila Maior, porque futuramente será aquela que todos escolheram para ficar como receção das outras escolas que venham a encerrar. Disse ainda que todos os anos as escolas são requalificadas, sendo intenção deste executivo dar as melhores instalações às crianças enquanto a escola estiver a funcionar, trabalho esse que tem vindo a ser feito ao longo destes 3 anos e que nunca o vão deixar de fazer enquanto as escolas estiverem a funcionar. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **33 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais, Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Monteiro Casais (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Fernando Rodrigues Teixeira (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **1 abstenção** do Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL":-----

Interveio a Deputada Municipal Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), em representação da bancada do PSD, manifestando alguma estranheza relativamente à contratação de pessoal, atendendo ao que se tem ouvido por parte do Presidente da Câmara sobre os fundos disponíveis, alegando sempre que tem pessoal a mais, solicitando os devidos esclarecimentos por parte do executivo. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço esclareceu que “esta alteração não é contrária às palavras que o Sr. Presidente tem dito desde o início do mandato. Toda a gente sabe e reitero aqui que a Câmara Municipal tem pessoal a mais. Se formos fazer uma pesquisa pelos quadros de pessoal das Câmaras Municipais vizinhas, vejamos o número de pessoal afeto a cada autarquia *per capita*. O que nós sempre dissemos e reiteramos é que temos a mais nuns setores e a menos noutros e eu vou-vos dar aqui dois ou três dados: 1- o número de trabalhadores que nós tínhamos no final de 2013 contando com o pessoal das escolas era de 417 trabalhadores, no final de 2014 era de 375, no final de 2015 era de 365, hoje já temos menos 5, temos 360. Grosso modo, desde que chegamos temos menos 60 pessoas, e portanto estamos aqui a fazer uma alteração no quadro para 6 pessoas, para situações muito específicas em que, de facto, há um défice desse pessoal, que passo a explicar: quanto à questão dos motoristas, que até nós chegarmos à Câmara Municipal havia transportes escolares que eram feitos, para além dos que eram feitos pelos nossos motoristas, por empresas privadas, nós



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cortamos com essas empresas e fazemos nós todos esses transportes; acontece porém que desde 2013 para cá, dois motoristas saíram - um saiu mesmo e o outro está em vias de se reformar e já não pode fazer os transportes escolares - e estamos com o número de motoristas à justa sempre que um está de férias ou mete baixa. Quanto às outras funções, já não temos cantoneiros na Câmara há uma série de anos, quando há vinte anos atrás a Câmara chegou a ter cerca de 15 cantoneiros. Portanto são funções muito específicas onde nós temos necessidades, e não invalida dizermos que temos gente a mais, e é verdade em alguns setores. Relativamente aos fundos disponíveis, é verdade o que foi dito. Se forem ver a informação financeira, a dívida já baixou mais de 7 milhões e nesta altura temos uma situação mais desafogada que nos permite estas contratações”. Interveio novamente a Deputada Municipal Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), dizendo que não se identificam totalmente com a perspetiva do executivo, sendo que a bancada do PSD se vai abster, pois embora tenha sido dada uma explicação em relação aos motoristas, não têm de momento informação se vão sair já ou não. Relativamente à admissão do eletricista, informou que a Junta de Freguesia de S. Félix ainda se encontra quase às escuras, existindo apenas duas luzes acesas, continuando à espera que vá lá um eletricista, pelo que espera que agora seja resolvido o problema. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço interveio, respondendo que a Câmara Municipal não vai contratar nenhum eletricista, não está na lista, e que em relação aos motoristas, um dos casos pediu a mobilidade para a Administração Regional de Saúde. Disse ainda que já esteve na oposição na Assembleia Municipal e enquanto Vereador da Câmara Municipal, e votou muitas vezes contra alterações do quadro de pessoal, porque muitas vezes estavam em causa técnicos superiores, e que os Deputados Municipais do PSD são contra esta proposta, mas vão-se abster, para depois não ficarem mal com as pessoas que venham a entrar. Interveio o Presidente da Câmara Municipal dizendo não perceber como é que os Senhores Presidentes de Junta possam votar contra a aprovação da admissão de um tratorista, quando andam sempre a pedir para o trator da fresa ir fazer a limpeza nas suas freguesias e neste momento a Câmara Municipal não tem ninguém que possa andar com o trator da fresa, ou possam votar contra a contratação de pedreiro e cantoneiros, quando é preciso fazer muros, reparações nas estradas e nos caminhos, referindo ser um contrassenso. O Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, António Jorge Martins de Oliveira (PSD) interveio, solicitando saber qual foi o motivo da redução de 60 trabalhadores na Câmara Municipal, quantas pessoas foram para a reforma, quantas é que pediram mobilidade, quantas foram reduzidas tendo em conta o fecho das escolas primárias. Em relação ao trator, disse não saber se existe algum problema com o mesmo, informando que a S. Félix o trator não chega, assim como a motoniveladora, pelo que se abstém nesta votação pelas razões invocadas. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal informou que o trator tem passado e trabalhado em S. Félix e que o pode provar. Em relação à motoniveladora, informou que esta não anda em S. Félix nem em freguesia nenhuma e que o problema é o mesmo que se passa com todas as freguesias: a Câmara Municipal tem uma motoniveladora que está completamente velha, que quando começa a trabalhar num dia avaria no dia seguinte, gastando-se mais umas dezenas de milhares de euros e passados dois ou três dias está avariada outra vez, dizendo que a melhor solução seria encostá-la de vez e comprar uma nova quando houver condições financeiras para isso. Em relação à redução do pessoal, o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondeu que mais de 1/3 serão reformas, dois ou três casos de mobilidade,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duas pessoas que faleceram, duas que pediram a demissão e duas que transitaram para outras autarquias. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **19 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Fernando Rodrigues Teixeira (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **15 abstenções** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD) José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL":-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço esclareceu que as alterações propostas foram que as pessoas possam votar a partir dos 18 anos e não a partir dos 16, como estava previsto no regulamento inicial, para adequar com os cadernos eleitorais que existem, que no orçamento do próximo ano as pessoas possam votar em 3 projetos e não só em um e que no próximo ano serão vencedores os dois projetos mais votados. Disse também que outra das alterações tem a ver com as notificações das propostas que não foram admitidas e que vão dar mais tempo para as pessoas poderem justificar melhor, referindo que como decorreu agora um mês de inquérito, só conseguiram que o processo fosse à Assembleia Municipal de setembro, e para não condicionar o Orçamento Participativo deste ano, neste momento está a decorrer o Orçamento Participativo nas mesmas condições do ano passado, com esta votação aqui terão já efeito já no próximo ano estas alterações. Disse ainda o seguinte: “Isto é uma nova filosofia da democracia, é um projeto embrionário e nós humildemente temos que perceber que poderá haver aqui situações que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possam e devam vir a ser melhoradas. Acho que o contributo de toda a gente é importante. Lamento que quer no ano passado, quando decorreu todo o processo, quer este ano, tivessem chegado a nós, legitimamente, algumas situações que as pessoas foram abordando que poderiam ser melhoradas e que, depois de decorrido um mês de inquérito público, não há uma única pessoa a manifestar-se sobre aquilo que achava que deveria ser corrigido ou não. Acho que as pessoas também devem legitimamente dizer se acham que as coisas não estão bem, propor, porque isto é um processo dinâmico em que deve ser sempre melhorado. Isso até é uma situação nova não só em S. Pedro do Sul, mas com outros Municípios que começaram com o Orçamento Participativo e temos que “afinar” melhor para que o processo seja o mais democrático possível e para que a ele tenham acesso cada vez mais pessoas. A título de informação, este ano tivemos 30 propostas e pela nossa comissão técnica que é composta sobretudo por técnicos da Câmara Municipal, só foram validadas 13. Ainda assim, e nós este ano não fizemos o que fizemos o ano passado, que era o primeiro ano, em que fomos a todas as freguesias explicar o que era o Orçamento Participativo; este ano não fomos a nenhuma e ainda assim aumentou substancialmente o número de propostas; mais de metade acabou por cair por terra porque não reuniam os requisitos previstos no regulamento; mas acho que é salutar já termos 30 propostas e 13 vão a votação na próxima semana, dia 9. Acho que é muito bom, que é um sinal que estamos a fomentar a democracia e gostaria para isso de contar com a colaboração de todos os Senhores Presidentes de Junta para nos reportarem todas as situações que estiverem mal, que nós estamos cá para corrigir, pois é um processo que foi iniciado no ano passado e que precisa de ser afinado”. Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Pinho José Manuel Oliveira Lopes Moita (PS), perguntando se, relativamente às propostas que não reuniam as condições e que não foram aceites, se vão enviar resposta às pessoas, no sentido destas perceberem o porquê de não terem sido escolhidas, para que no próximo ano possam melhorá-las ou apresentar nova proposta. O Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD) interveio informando que na altura mostrou o seu desagrado e que por isso se vai abster na votação. Disse ter-se empenhado muito no último Orçamento Participativo e que o projeto que entregaram, apesar de ter lá o nome Bordonhos, é um projeto que é transversal, que é mais para as pessoas de fora da freguesia do que propriamente para as da freguesia. Disse ainda que sabia que mesmo que levasse todos os votantes da freguesia, nunca tinha possibilidades de ganhar, e que não foi correto tirarem os 16 anos, porque são a freguesia do concelho que tem a população mais jovem - só 10% das pessoas é que tem mais de 65 anos. Interveio a Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, dizendo que é Coordenadora da Comissão Técnica que avalia estes projetos, mais 5 colaboradores Chefes de Divisão da Câmara, cada um na sua área, e explicou que “dos 29 projetos que foram remetidos à Câmara, foram notificados aproximadamente 11 como não podendo passar à fase seguinte, por entrega fora de prazo, por excesso da cotação que foi atribuída de 30 mil euros e por haver projetos que não tinham proposta nenhuma em concreto. Depois houve 4 para os quais pedimos esclarecimentos, ou seja, nós percebíamos o projeto mas não tínhamos a noção de qual era a ideia concreta e qual o orçamento ligado a essa ideia concreta, e que dos 4 que pedimos esclarecimentos, dois responderam e foram repescados, e houve dois que não responderam, sendo que um deles era de Pinho, e tivemos que o colocar de parte. Houve propostas de quase todas as freguesias, só que por vezes falta as pessoas explicarem melhor a proposta que estão a fazer e orçamentá-la, que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por vezes está acima dos 30 mil euros que temos de orçamento para o Orçamento Participativo". O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço disse perceber o que o Presidente de Bordonhos referiu e que é por isso que no próximo ano serão duas as propostas vencedoras. Disse ainda que a filosofia do Orçamento Participativo não pode ser o de uma luta entre freguesias mas sim de projetos, isto é, uma pessoa de uma freguesia não vai votar no projeto da sua freguesia só porque é dessa freguesia, pelo que já estão a melhorar com esta alteração. O Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) interveio, perguntando se, com esta alteração de idade de votação e apresentação de projetos, há algum motivo de força maior para se estar a excluir os jovens, uma vez que até poderiam surgir propostas interessantes dos jovens do liceu, tendo o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondido que esses jovens podem apresentar propostas, só não podem é votar. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **31 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Fernando Rodrigues Teixeira (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Tesoureiro da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **3 abstenções** dos Deputados Municipais Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD) e José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2017":-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E RESPECTIVO GOP, DO ANO DE 2016":-----

O Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte esclarecimento: “Através da ARU, nós temos hipóteses de canalizar para o concelho de S. Pedro do Sul mais de 1,4 milhões de euros. Esse dinheiro está essencialmente virado para dois projetos: um é o parque da cidade que será nos terrenos a adquirir na parte de baixo do Centro de Saúde até ao Lenteiro do Rio, onde queremos fazer um parque da cidade, obra essa que irá sempre para mais de um milhão de euros; depois também queremos requalificar a cadeia. Estas obras já tinham sido indicadas como candidatas nos próximos anos, entretanto houve a hipótese, se nós conseguíssemos fazer alguma ou parte delas até ao final do ano, de podermos ter mais uma participação de 10%, o que significa que teríamos condições para, em vez de 1,4 milhões, irmos buscar 1,5 milhões. Para isso tivemos que negociar com a CCDRC, no sentido de ver até que ponto é que nós conseguiríamos colocar nova obra, porque não conseguíamos avançar com obras neste ano, porque é preciso entrar em processo de expropriação e são assuntos que demoram tempo; era preciso fazer projetos, que já começa a haver esboço, mas é preciso haver levantamentos topográficos para saber concretamente o que é que se vai fazer e onde e no que diz respeito à cadeia, também ainda não há projetos. De forma que tentamos arranjar um outro projeto, criar uma outra estrutura diferente destas duas que tinham sido candidatas, mas não foi possível acrescentar mais nada. Tínhamos que trabalhar com a cadeia ou com o parque da cidade e então, em conjunto com a CCDRC, decidimos que o que iríamos fazer era a requalificação daquele espaço envolvente à cadeia, ou seja, aquele estacionamento pequenito que não tem saída e todo aquele espaço para a frente que neste momento está em terra batida. Temos neste momento já o projeto executado e a partir do momento em que seja aqui aprovado temos condições de, já na segunda-feira, lançar concurso público para esta mesma obra. É uma obra de mais de 100 mil euros, vai ali criar mais de 50 estacionamentos e vamos ali criar um pequeno parque, um pequeno jardim com parque infantil para as crianças, porque aqui em cima não há nada para crianças e lembramo-nos de meter ali uns escorregas, uns baloiços, fazer realmente alguma coisa para que as nossas crianças, principalmente aquelas que moram aqui no centro da cidade, possam usufruir um bocadinho de um espaço para si, que não existe neste momento. Ou seja, fazer uma obra financiada a 100%, só que para isso, como a obra não estava prevista no nosso plano de atividades, no nosso orçamento, temos agora que fazer uma alteração para que realmente a possamos incluir”. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) tomou a palavra para dar os parabéns ao Presidente da Câmara por, finalmente, haver a sensibilidade de que ainda existem crianças no Centro Histórico do concelho de S. Pedro do Sul, pois há muitos anos que se fala da necessidade de haver um espaço verde, que não seja o largo à frente da Câmara, porque não há mais nenhum espaço para onde as crianças possam ir, esperando que a sua construção seja o mais breve possível. Interveio novamente o Presidente da Câmara Municipal para agradecer as palavras amáveis da Eng^a Mónica Almeida, reconhecendo que efetivamente em S. Pedro do Sul a Câmara Municipal ainda está a fazer alguma coisa, que também se preocupa com as crianças, mas também com o nosso comércio e na possibilidade das pessoas poderem estacionar perto do centro da cidade, e que será uma obra para avançar e ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executada a muito curto prazo. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DAS TAXAS DO IMI PARA O ANO DE 2016, A LIQUIDAR EM 2017":-----

Relativamente a este ponto, o Presidente da Câmara Municipal informou que, na sequência do que tem sido feito nos últimos anos, estão a propor o mínimo, que estão a propor a possibilidade das pessoas que têm filhos e que têm dependentes a seu cargo e a viver com elas poderem abater 20 a 70 euros no IMI, sendo uma medida justa para os agregados familiares. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva interveio apenas para referir que vão votar favoravelmente esta proposta, a qual vem ao encontro da posição que o PSD sempre manifestou nesta Assembleia e que se congratulam com a redução que agora é proposta, informando que já tinham feito no ano passado uma proposta de redução de IMI e foi rejeitada. O Presidente da Câmara Municipal respondeu não serem justas as afirmações que fez, que a sua proposta foi rejeitada mas foi aprovada uma outra pelo Partido Socialista em que, para além de haver reduções do IMI, na qual as famílias pagavam menos de IMI, também tiveram redução dos coeficientes, sendo que as pessoas em S. Pedro do Sul pagaram muito menos que os outros concelhos. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PARQUE INDUSTRIAL DE PINDELO DOS MILAGRES - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)":-----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta proposta vem na sequência da implementação do Parque Industrial em Pindelo dos Milagres e para que isso aconteça, é preciso que o PDM preveja essa possibilidade e que a Assembleia Municipal dê a respetiva autorização à retificação do mesmo. O Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD) afirmou ser a favor dessa decisão, mas que há equipamentos no concelho, nomeadamente no âmbito turístico, que não estão legalizados e que careciam eventualmente de ser tratados da mesma maneira, solicitando esclarecimentos quanto ao ponto de situação atual do PDM. O Vereador Francisco José de Matos esclareceu que a CIM fez uma contratualização da cartografia para os 14 concelhos, mas que a empresa que ganhou esse primeiro concurso desistiu do projeto e tiveram que abrir novo concurso, atrasando alguns meses a entrega da cartografia, que era para ser entregue até 31 de agosto passado, e só vai ser entregue a 31 de dezembro deste ano. Explicou que a Direção Geral do Território não admite cartografia com mais de dois anos, a cartografia utilizada tem que ter menos de dois anos, sendo que quando tiverem a nova cartografia é só assentar em cima das novas cartas todo o trabalho que já está feito e a partir daí é uma questão de meses. Disse ainda ser a CIM a fazer o contrato com a entidade que faz os voos aéreos para fazer a cartografia, para baixar os custos, e que isso veio complicar em termos de prazos. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

6.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TAXAS (RMUEFT)":-----

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) disse estarem satisfeitos com esta medida, pois doravante vão-se praticar taxas mais favoráveis e isto é muito importante, porque constitui um claro incentivo ao investimento produtivo, sendo que constitui uma forma de fixação das nossas populações, nomeadamente as rurais. Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD) perguntando se também houve um decréscimo das taxas, pois depois de consultar o documento, não conseguiu perceber se houve uma descida dessa taxa, sendo que na sua freguesia, que é uma zona onde há muito investimento no setor avícola, o valor que estava a ser cobrado era exagerado, porque o cálculo do valor da taxa era em função dos metros quadrados utilizados. O Vereador Francisco José de Matos referiu que a grande vantagem deste regulamento e desta alteração foi tornar o concelho concorrencial em relação aos concelhos vizinhos, e que este concelho tinha taxas que sobrecarregavam demasiado. Afirmou que, com a aplicação das novas fórmulas, quer as taxas municipais de urbanização quer os coeficientes de compensação baixaram todos, porque fizeram uma indexação ao IMI, ou seja, como o IMI é baixo e como o zonamento tem índices baixos, faz baixar drasticamente o valor que se tem que pagar à Câmara Municipal, sendo que tiveram o cuidado de compensar noutras taxas em pequenos aumentos para não baixarem os rendimentos. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12 horas e 25 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretária da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A SECRETÁRIA,